



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC, A FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA - FAPEU A EMPRESASOCIOAMBIENTAL CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA.

Processo 23080.017086/2016-38

### PARTÍCIPES

#### CONVENENTE:

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**, doravante denominada **CONVENENTE**, pessoa jurídica de direito público, autarquia federal, inscrita no CNPJ sob nº 83.899.526/0001-82, com sede no Campus Universitário, bairro Trindade, em Florianópolis/SC, representada neste ato pela Reitor Prof. Luiz Carlos Cancellier de Olivo, CPF nº 417.667.419-91 e CI nº 677.661, SSP/SC;

#### CONCEDENTE:

**SOCIOAMBIENTAL CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA.**, doravante denominada **CONCEDENTE**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 00.720.263/0001-75, com sede naAv. Rio Branco, 380, 4º andar, bairro Centro, CEP 88015-200, Florianópolis/SC, representada neste ato pelo seu Diretor RICARDO MÜLLER ARCARI, CPF nº 343.261.389-04 e CI nº 737.162/SSP/SC;

#### INTERVENIENTE:

**FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA – FAPEU**, doravante denominada **INTERVENIENTE**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, instituída pela Universidade Federal de Santa Catarina na forma de escritura pública lavrada às fls.199v a 200, do livro 272, do Tabelionato de Notas de Florianópolis, com sede no Campus Universitário, s/nº, Caixa Postal 5153, Bairro Trindade, Florianópolis/SC, CEP 88040-970, inscrita no CNPJ sob no 83.476.911/0001-17, representada por seu Superintendente Sr. Gilberto Vieira Ângelo, brasileiro, casado, inscrito no RG nº 122.899-4 SSP/SC e CPF nº 179.758.409-04;

Considerando:

Que a Lei de Incentivo à Inovação, Lei nº 10.973, de 02/11/04, em seu artigo 9º, faculta à ICT celebrar acordos de parceria para a realização de atividades conjuntas de pesquisa científica e tecnológica, bem como de desenvolvimento de tecnologia, produto ou processo, com instituições públicas e privadas;

Que a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, prevê a possibilidade de que as Instituições Federais de Ensino Superior realizem convênios e contratos, nos termos do inciso XIII do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, por prazo determinado, com fundações instituídas com a finalidade de dar apoio a projetos de ensino, pesquisa e extensão e de desenvolvimento





UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

institucional, científico e tecnológico, inclusive na gestão administrativa e financeira estritamente necessária à execução desses projetos;

RESOLVEM celebrar o presente **TERMO DE CONVÊNIO**, para a realização de atividades conjuntas de pesquisa científica e tecnológica, bem como para o desenvolvimento de tecnologia, produto ou processo – doravante denominado simplesmente P&D -, em conformidade com legislação pertinente cabível e de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

O presente Termo de Convênio tem por objeto a execução do Projeto: “Foto-identificação de Cetáceos na Bacia de Santos”, com o respectivo Plano de Trabalho (ANEXO I) e considerado como parte integrante deste Termo para todos os efeitos de direito.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA: DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

Para a plena e adequada execução do objeto deste Termo de Convênio, os partícipes comprometem-se a observar as atividades previstas no Projeto e no Plano de Trabalho (ANEXO I), com a finalidade de executar a pesquisa e o desenvolvimento dos seguintes objetivos: *Analisar registros de foto-identificação realizados durante o Programa de Monitoramento de Cetáceos da Bacia de Santos (PMC-BS), com fins a compor um banco de dados para estudos de longo prazo que permitam: avaliar padrões de movimentos em múltiplas escalas; estimar parâmetros populacionais; e monitorar a ocorrência e prevalência de lesões epidérmicas.*

#### **CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPIES**

3.1. Compete conjuntamente aos partícipes alocar os recursos humanos que se fizerem necessários à operacionalização deste Termo de Convênio.

3.2. Além das demais obrigações previstas neste Termo de Convênio, compete:

3.2.1. À **CONVENENTE**:

- a) Alocar, dentro de suas possibilidades e disponibilidade, os meios e mecanismos necessários à consecução do Projeto enunciado na Cláusula Primeira deste Termo de Convênio;
- b) Designar responsável técnico para coordenar o Projeto;
- c) Executar as atividades tecnológicas específicas, assim determinadas no escopo deste Termo de Convênio;
- d) Alocar o grupo de pesquisa para a execução do Projeto, a fim de realizar as atividades previstas neste Termo de Convênio;
- e) Disponibilizar as suas instalações físicas, laboratoriais, os seus equipamentos e acervo técnico para a execução do Projeto;
- f) Supervisionar e fiscalizar os trabalhos realizados pertinentes à execução do objeto deste Termo de Convênio, por meio de relatórios técnicos com os resultados obtidos que detalhem as normas técnicas aplicadas, dados e/ou informações, materiais e métodos, as fases e os procedimentos adotados;
- g) Prestar à **CONCEDENTE** quaisquer esclarecimentos e informações que se fizerem necessários ao acompanhamento da evolução dos trabalhos;





UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

- h). Assegurar à **CONCEDENTE** o direito de acompanhar e supervisionar o desenvolvimento do Projeto, descrito no ANEXO I deste Convênio, e de comunicar eventuais desacordos constatados;
- i) Informar à **CONCEDENTE**, sempre que solicitado, a respeito do desenvolvimento das atividades de execução do Projeto;
- j) Responsabilizar-se pelo desenvolvimento do Projeto a que se refere este Termo de Convênio, inclusive pelos atos praticados pelo coordenador técnico do Projeto, designado na Cláusula Décima Primeira;

3.2.2. À **INTERVENIENTE**:

- a) Apoiar a execução das atividades administrativas e financeiras necessárias à execução do Projeto, previstas na Cláusula Primeira;
- b) Administrar os recursos financeiros destinados à execução do Projeto, aplicando-os conforme o Cronograma de Desembolso Financeiro, inserido no Plano de Trabalho;
- c) Manter registros contábeis e de controle financeiro, especificamente relacionado com os recursos destinados à execução do Projeto;
- d) Responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista e previdenciária, decorrentes da contratação de pessoal que porventura sejam necessários para a execução do Projeto, com a finalidade de zelar pelo cumprimento das normas de segurança e saúde do trabalho;
- e) Responsabilizar-se solidariamente com terceiros, sempre que os contratar para a execução de qualquer etapa dos trabalhos que seja objeto deste Convênio;
- f) Emitir faturas na consecução do objeto deste Termo de Convênio à **CONCEDENTE** no seguinte endereço;

A/C do Coordenador Geral do Projeto: José Olimpio da Silva Júnior  
Socioambiental Consultores Associados Ltda.  
Endereço: Av. Rio Branco, 380, 4º andar, Centro, Florianópolis/SC  
CEP 88015-200  
Endereço Eletrônico: ze@socioambiental.net.br

- g) Prestar, sempre que solicitada, quaisquer informações ou esclarecimentos a respeito das atividades administrativas e financeiras de referentes a este Termo de Convênio;
- h) Realizar a aquisição de bens e a contratação de obras e serviços em conformidade com o Decreto nº 8.241, de 21 de maio de 2014;
- i) Apresentar à **CONVENIENTE**, conforme indicado na Cláusula Quinta, a prestação de contas referente à aplicação dos recursos destinados ao custeamento do Projeto;
- j) Reconhecer que à **CONCEDENTE** é conferido o direito de acompanhar e supervisionar o desenvolvimento do Projeto descrito no ANEXO I deste Termo de Convênio, com o objetivo de verificar a metodologia utilizada. Caso seja constatado qualquer tipo de conflito entre as atividades de execução e o conteúdo do referido ANEXO I, a **CONCEDENTE** terá a prerrogativa de cientificar a **CONVENIENTE** e a **INTERVENIENTE** a respeito de tais impropriedades;
- k) Informar à **CONCEDENTE**, sempre que solicitada, acerca do andamento das atividades de execução do projeto;





3.2.3. À **CONCEDENTE**:

- a) Efetuar o repasse dos valores para o desenvolvimento do Projeto, observados rigorosamente os limites e valores fixados neste Termo de Convênio;
- b) Respeitar o cronograma de desembolso vinculado ao Projeto, nas condições aprovadas pelos Partícipes;
- c) Supervisionar o desenvolvimento do Projeto, solicitando informações quando as julgar necessárias;
- d) Fornecer, mediante termo de confidencialidade, todos os dados, informações e/ou conhecimentos tecnológicos ou "know-how" da **CONCEDENTE** necessária à execução do objeto deste Termo de Convênio.
- e) Disponibilizar os empregados necessários ao desenvolvimento das atividades relacionadas com o Projeto, de acordo com ANEXO I deste Termo de Convênio;
- f) Designar prepostos para participar de reuniões com a equipe da **CONVENENTE** e da **INTERVENIENTE**, visando a dirimir questões técnicas pertinentes ao andamento do projeto;
- g) Fornecer à **CONVENENTE** e à **INTERVENIENTE** toda a documentação técnica e outros elementos de que dispõe, os quais, a seu exclusivo critério, sejam considerados necessários à execução do Projeto identificado na Cláusula Primeira deste Termo de Convênio;

**CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS**

4.1. Para a execução do objeto deste Termo de Convênio, a **CONCEDENTE** repassará o montante de R\$89.610,00 (oitenta e nove mil, seiscentos e dez reais) à **INTERVENIENTE**, conforme o Cronograma de Desembolso que integra o Plano de Trabalho, obedecidas às seguintes condições:

§ 1º. Os recursos financeiros, a serem transferidos pela **CONCEDENTE**, serão obrigatoriamente movimentados pela **INTERVENIENTE**, por intermédio de conta bancária exclusiva, vinculada a este Termo de Convênio, em agência situada na cidade de Florianópolis/SC, cujos extratos integrarão as respectivas prestações de contas;

§ 2º. Os recursos financeiros destinados à execução das atividades relacionadas a este documento deverão ser aplicados em conta poupança ou Fundos lastreados pelo Governo Federal;

§ 3º. A **INTERVENIENTE** será ressarcida em razão dos serviços de que trata a Cláusula Primeira. Tal ressarcimento deverá ser calculado utilizando-se como base os custos operacionais assumidos pela **INTERVENIENTE**.

§ 4º Os recursos provenientes ao ressarcimento de despesas da **CONVENENTE**, serão recolhidas via GRU - Guia de Recolhimento da União pela **INTERVENIENTE**.

**CLÁUSULA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS E DA FISCALIZAÇÃO**

5.1. A prestação de contas referente aos recursos financeiros recebidos pela **INTERVENIENTE** deverá ser realizada até 60 (sessenta) dias após o término do prazo de vigência do presente Termo de Convênio e constituída dos seguintes documentos:

- a) ofício de encaminhamento de prestação de contas;
- b) demonstrativo da execução da receita e da despesa;
- c) relação de pagamentos;
- d) relação de bens (material permanente e equipamentos, quando for o caso);
- e) extrato da conta específica, onde se verifique toda a movimentação dos recursos;





- f) comprovante de depósito bancário referente à devolução do saldo não utilizado, se for o caso;
- 5.2. A **INTERVENIENTE** deverá manter arquivados, em pasta específica, os originais dos comprovantes das despesas (notas fiscais, faturas, recibos, bilhetes de passagens e outros comprovantes) pelo prazo de 5(cinco) anos, contado a partir da data de aprovação, por parte da **CONVENIENTE**, das contas do referido Projeto;
- Parágrafo único.* Na apreciação da prestação de contas não serão aceitos:
- Documentos que apresentem emendas ou rasuras que prejudiquem a clareza de seu conteúdo;
  - Comprovantes originais de despesa que se apresentem em condições de difícil leitura, a menos que sejam acompanhados de justificativa;
  - Comprovantes de despesa emitidos fora do prazo de vigência do Termo de Convênio;
- 5.3. Em cada comprovante de despesas deverá ser anotado o número do cheque ou do comprovante bancário correspondente ao pagamento, observada a organização cronológica sequencial e numérica, a fim de estar em conformidade com a relação de pagamentos.
- 5.4. A **INTERVENIENTE** deverá restituir à **CONVENIENTE**, por meio de GRU - Guia de Recolhimento da União, eventual saldo remanescente dos recursos de que trata a Cláusula Quarta, até 30 (trinta) dias após a integral conclusão do objeto deste Termo de Convênio;
- 5.5. No caso de valores destinados à execução do Projeto, o depósito deverá ser realizado em conta da **INTERVENIENTE** especificamente destinada ao Projeto;
- 5.6. No caso de valores destinados ao pagamento de taxas pela **CONVENIENTE**, o depósito dos valores destinados a esse fim deverá ser realizado em conta única da União.

#### CLÁUSULA SEXTA – DOS TRIBUTOS

- 6.1. Os tributos que forem devidos em decorrência direta ou indireta do presente Termo de Convênio e/ou de sua execução, constituem ônus de responsabilidade exclusiva da **INTERVENIENTE**, ficando expressamente vedado o seu repassê para a **CONVENIENTE** e para a **CONCEDENTE**;
- Parágrafo único:* Eventual modificação para mais ou para menos, na alíquota de qualquer tributo ou encargo incidente ou que venha a incidir sobre os serviços ora contratados, bem como a criação, modificação, eliminação ou substituição de tributos e/ou encargos, fatores estes que, de qualquer forma, influenciem ou venham a, comprovadamente, influenciar nos preços dos serviços contratados, serão objeto de novos ajustes entre os partícipes.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

- 7.1. Todas as informações e conhecimentos (como “know-how”, tecnologias, programas de computador, procedimentos e rotinas) existentes anteriormente à celebração deste Termo de Convênio, que esteja sob a posse de um dos partícipes e/ou de terceiros, que estiverem sob a responsabilidade de um dos partícipes, e que forem revelados entre dois ou mais partícipes, exclusivamente para subsidiar a execução do Projeto, continuarão a pertencer ao detentor, possuidor ou proprietário;
- 7.2. Deverá ser indicado o nome do inventor ou criador no respectivo pedido de patente ou de registro;
- 7.3. Não poderão ser usados dados, informações e/ou conhecimentos protegidos por direitos de Propriedade Intelectual de terceiros sem o prévio consentimento expresso do titular. O





consentimento em questão deverá ser efetuado por escrito e indicar o caráter gratuito ou o valor de licença de uso, limite de tempo, bem como se esta licença é, ou não, exclusiva;

7.4. A **CONVENENTE** deverá, até o encerramento do projeto, comunicar à **CONCEDENTE** os resultados obtidos com o desenvolvimento deste, passíveis de obtenção de proteção legal, no âmbito da legislação de Propriedade Intelectual, ou de licenciamento a terceiros. A decisão a respeito da conveniência do registro no Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI será tomada conjuntamente pelos partícipes, e deverá ser garantido aos inventores ou autores que seus nomes sejam reconhecidos em todas as patentes;

7.5. Os conhecimentos e informações gerados pelo projeto, como resultado do trabalho de pesquisa e/ou desenvolvimento ao amparo deste Termo de Convênio, passíveis de serem protegidos por algum regime jurídico de proteção da Propriedade Intelectual, serão de propriedade e titularidade da **CONVENENTE** e **CONCEDENTE**. O direito sobre a titularidade dos resultados do projeto são de: 50 % para a **CONVENENTE**; e 50 % para a **CONCEDENTE**;

7.6. Todas as pessoas que participaram na pesquisa e desenvolvimento do projeto, parcial ou integralmente, cederão para as Partícipes as suas criações, nos termos do artigo 111, da Lei nº 8.666/1993, especialmente invenções, modelos de utilidade e desenhos industriais, desenvolvidos sob o escopo das atividades do projeto e, após se desligarem do mesmo, até um (1) ano depois do seu afastamento. Tal termo de cessão refere-se apenas àquelas criações que envolverem resultados obtidos ou decorrentes das atividades desenvolvidas no âmbito do referido projeto;

7.7. A **CONVENENTE** arcará, de acordo com a sua política e normas internas, com os direitos atinentes aos seus inventores e criadores no que diz respeito aos benefícios econômicos ou prêmio à Propriedade Intelectual.

7.8. A **CONVENENTE** e a **CONCEDENTE** arcarão com os custos de depósito e/ou requerimento e manutenção de eventuais resultados privilegiáveis por patentes ou outro registro de Propriedade Intelectual na proporção da titularidade estabelecida no item 7.5 desta cláusula. Caso não haja interesse das titulares não haverá proteção por um regime jurídico de proteção da Propriedade Intelectual;

7.9. Se uma das Partícipes não tiver interesse na proteção da Propriedade Intelectual, a outra parte poderá arcar com os custos, mencionada no item 7.8, e terá livre disposição da Propriedade Intelectual. Neste caso, os resultados obtidos só poderão ser formalmente protegidos por Patente, Registro ou Certificado, por uma das Partícipes mediante desistência formal da Parte não interessada na proteção. A Parte desistente não terá direito sobre a titularidade da Propriedade Intelectual protegida.

7.10. O Departamento de Inovação Tecnológica da **CONVENENTE** deverá manifestar-se, após a verificação da existência de tecnologia ou resultado do projeto a ser protegido, sobre o interesse ou não da **CONVENENTE** no pedido de proteção jurídica da Propriedade Intelectual.

7.11. Fica prevista a possibilidade das Partícipes procederem com o registro internacional da nova tecnologia que surja a partir do projeto relacionado com o presente instrumento contratual. Nesse caso, será necessária a anuência mútua para tal registro e ficará ao encargo das Partícipes que o pretendem a responsabilidade pelos custos decorrentes da proteção internacional da tecnologia desenvolvida.

7.12. A **CONCEDENTE** será a exclusiva detentora do direito de uso industrial e comercial da Propriedade Intelectual nos seus respectivos campos de atuação;

7.13. As Partícipes terão direito de usar, gozar e dispor dos resultados do projeto, tanto no licenciamento quanto na cessão dos resultados do projeto ou futuras pesquisas e/ou desenvolvimentos, ensino e/ou aperfeiçoamento científico ou tecnológico, respeitando especialmente a confidencialidade e demais disposições deste Termo. O licenciamento ou cessão de que trata este item deverão ser feitos com anuência da **CONCEDENTE**. Neste caso, a





**CONVENENTE** não fará qualquer reembolso ou dará qualquer participação a **CONCEDENTE**. Será dado à **CONCEDENTE** o direito de preferência na compra dos direitos de Propriedade Intelectual pertencentes à **CONVENENTE**.

7.14. A **CONCEDENTE** prestará contas, a cada fechamento de trimestre, por meio de relatório. Este conterá o número da nota fiscal e o valor líquido de venda, os quais deverão estar registrados nos livros fiscais da **CONCEDENTE**, documentos esses revestidos de formalidades intrínsecas e extrínsecas exigidas por legislação específica.

7.15. A **CONVENENTE** e a **CONCEDENTE** participarão dos resultados decorrentes de eventuais licenciamentos a terceiros da tecnologia desenvolvida no projeto, na proporção da titularidade de cada uma, conforme definido no item 7.5 desta cláusula. O licenciamento de tais tecnologias dar-se-á sempre mediante anuência de ambas as titulares.

### CLÁUSULA OITAVA – DA CONFIDENCIALIDADE E DA NÃO-DIVULGAÇÃO

8.1 Todas as informações e conhecimentos aportados pelos Partícipes para a execução do Projeto serão tratados como confidenciais, assim como todos os seus resultados.

8.2 A confidencialidade implica na obrigação de não divulgar ou repassar informações e conhecimentos a terceiros não-envolvidos no Projeto, sem autorização expressa, por escrito, dos seus detentores, na forma que dispõe o anexo do Decreto nº 1355/94 – que promulga o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio -, art. 39, e a Lei nº 9279/96, art. 195, XI.

8.3 Não são tratados como conhecimentos e informações confidenciais:

- a) aqueles que tenham se tornado de conhecimento público pela publicação de pedido de patente ou registro público ou de outra forma que não por meio dos Partícipes;
- b) aqueles cuja divulgação se torne necessária:
  - b.1) para a obtenção de autorização governamental para a comercialização dos resultados do Projeto;
  - b.2) quando exigida por lei ou quando necessária ao cumprimento de determinação judicial e/ou governamental.
- c) nos casos previstos no item anterior, qualquer dos partícipes deverá notificar imediatamente os demais e requerer sigilo no seu trato judicial e/ou administrativo.

8.4 Quando os conhecimentos e informações ao amparo deste Termo de Convênio forem objeto de tese, dissertação, monografia, trabalho de conclusão de curso ou relatório de discente, pesquisador ou docente formalmente participante de alguma equipe do Projeto, para que se evite a quebra de sigilo, a parte interessada em utilizar as informações do projeto em quaisquer das categorias antes citadas deverá notificar as outras partes antes da revelação do conteúdo.

- a) nos casos em que a divulgação restrita do conhecimento se fizer para cumprir com a defesa de tese, dissertação, monografia ou trabalho de conclusão de curso, deverá ser firmado por todos os que se fizerem presentes na ocasião da defesa Termo de Sigilo e Confidencialidade. Será de responsabilidade do coordenador do Projeto solicitar aos presentes que firmem o referido Termo.
- b) nos casos em que a divulgação restrita do conhecimento se fizer para preencher relatório de discente, pesquisador ou docente, deverá ser firmado o Termo de Sigilo e Confidencialidade pelas pessoas que tomarem contato com o referido conteúdo. Será de responsabilidade do coordenador do Projeto obter tais termos.





- c) a divulgação restrita da informação, nos termos dos itens a e b, para cumprir unicamente com os objetivos inscritos na cláusula '8.4', não será considerada quebra de sigilo unilateral.
- 8.5. Os Partícipes se comprometem a fazer com que as pessoas (empregados, pesquisadores, professores, alunos ou terceiros contratados) envolvidas no Projeto, parcial ou integralmente, bem como auditores ou consultores, nas suas respectivas áreas de responsabilidade, assinem termo de sigilo;
- 8.6. Qualquer exceção à confidencialidade no âmbito desse Termo de Convênio deverá ser ajustada entre a **CONVENENTE** e a **CONCEDENTE**:
- a) Caso o coordenador técnico da **CONVENENTE** deseje a liberação de confidencialidade em relação a determinado conhecimento, dado e/ou informação – ressalvado o que dispõe a cláusula nona, que trata de publicações e divulgação de resultados – deverá, acompanhado pelo Departamento de Inovação Tecnológica, enviar uma correspondência endereçada ao coordenador técnico da **CONCEDENTE**;
  - b) Nessa correspondência que trata o subitem anterior, o coordenador técnico da **CONVENENTE** detalhará minuciosamente o conhecimento, dado e/ou informação que deseja tornar pública para que a **CONCEDENTE** possa deliberar sobre a liberação da confidencialidade;
  - c) A **CONCEDENTE** deverá deliberar sobre o assunto em, no máximo, sessenta dias, sendo que o seu silêncio não poderá ser interpretado como anuência.
- 8.7. Todos os documentos, relatórios e publicações decorrentes do Projeto deverão registrar, em destaque, a fonte de consulta e de origem dos dados, informações e conhecimentos.

#### CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS

9.1. Os partícipes se obrigam a submeter, por escrito e previamente à aprovação uns dos outros, qualquer matéria científica ou tecnológica que decorra deste Termo de Convênio a ser eventualmente divulgada em publicações, relatórios, conclaves, propagandas, concursos e outros;

*Parágrafo único:* O prazo para aprovação será de 30 (trinta) dias e a falta de resposta irá significar autorização para publicação;

9.2. As publicações de qualquer natureza, resultantes das atividades realizadas no âmbito do Termo de Convênio, mencionarão os partícipes, autores, inventores ou obtentores e pesquisadores envolvidos diretamente nos trabalhos que são objeto de publicação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DOS BENS MÓVEIS PERMANENTES

10.1. Todos os bens permanentes adquiridos com os recursos gerados deverão ser incorporados ao patrimônio da **CONVENENTE**, imediatamente após o seu recebimento, observada a norma interna que rege a matéria patrimonial.

10.2. Na nota fiscal/fatura referente aos bens adquiridos (material permanente), a **INTERVENIENTE** entregará a primeira via à **CONVENENTE**, para fins de incorporação ao seu patrimônio. A segunda via fará parte da prestação de contas, devendo ambas serem atestadas no verso pelo Coordenador do Termo de Convênio, na forma seguinte:

“Atesto o recebimento do(s) bem (s) ou a prestação dos serviços indicado(s) nesta nota fiscal/fatura, adquiridos com recursos do TERMO DE CONVÊNIO/SEPLAN nº 201/\_\_\_\_.







UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

(Assinatura, nome e/ou carimbo)''

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA COORDENAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO PROJETO**

11.1. Para coordenar as atividades deste Termo de Convênio, a **CONVENENTE** designa como Coordenador:

a) O(a) Professor(a) Fábio Gonçalves Daura Jorge, pertencente ao Quadro Permanente da Universidade, lotado(a) no Departamento de Ecologia e Zoologia, inscrito(a) no SIAPE sob o nº 2130066, telefone 37217150, o (a) qual será o (a) responsável por coordenar e promover a execução direta das atividades deste Acordo de Cooperação bem como avaliar e encaminhar à **CONCEDENTE** relatórios de execução e controle técnico que atestem o cumprimento das etapas estabelecidas no Plano de Trabalho, o qual consta no ANEXO I deste termo.

11.2. A **CONCEDENTE** poderá fazer o acompanhamento da execução das atividades do Projeto, a fim de verificar a adequação das atividades com o estabelecido no Plano de Trabalho (ANEXO I), ficando-lhe assegurado, por meio de seus próprios meios, o exercício do controle e da fiscalização sobre a execução das referidas atividades.

11.3. Toda e qualquer questão derivada da aplicação e interpretação deste Acordo de Cooperação, será submetida, em primeira instância, ao arbítrio dos Coordenadores, que deverão envidar esforços para superar as diferenças suscitadas.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS CONDUTAS VEDADAS**

Além das demais condições previstas neste Termo de Convênio, é vedado:

- a) Alterar o objeto deste Termo de Convênio;
- b) Realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO**

13.1. O presente Termo de Convênio poderá ser denunciado por qualquer dos partícipes, mediante notificação, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ressalvado o cumprimento das obrigações assumidas, vencidas ou vincendas.

13.2. Constitui motivo para a denúncia deste Termo de Convênio, independentemente de prévia notificação, o descumprimento de quaisquer das suas cláusulas e condições pactuadas, particularmente quando constatadas as seguintes situações:

- a) A inexecução, mesmo que parcial, do objeto do Termo de Convênio;
- b) A utilização dos recursos em finalidades diversas das estabelecidas neste Termo de Convênio e em seu ANEXO I;
- c) A falta de apresentação dos relatórios de execução física e financeira e prestação de contas final à **CONVENENTE**, nos prazos estabelecidos neste Termo de Convênio;

13.3. Se a inadimplência de qualquer cláusula ou condição deste Termo de Convênio causar prejuízo, o partícipe infrator indenizará os danos comprovadamente sofridos pelo partícipe inocente.





UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA–DAS ALTERAÇÕES**

Quaisquer alterações das condições estabelecidas neste Termo de Convênio somente poderão ocorrer mediante a celebração de Termo Aditivo.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VIGÊNCIA**

O presente Termo de Convênio vigorará pelo período de 34 meses, contados a partir da data de sua assinatura.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA–DA PUBLICAÇÃO**

A eficácia deste Termo de Convênio, bem como seus eventuais Termos Aditivos, está condicionada à publicação do respectivo extrato no D.O.U. (Diário Oficial da União), que será providenciada pela **CONVENENTE**, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da sua assinatura.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA–DO FORO**

Os partícipes e anuentes elegem o foro da Justiça Federal de Florianópolis, Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina, para nele ser dirimido qualquer litígio oriundo deste Termo de Cooperação que não puder ser resolvido por negociação direta.

E, por estarem justos e acordados, os Partícipes assinam o presente Termo de Convênio em 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo, que também o assinam.

Florianópolis, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_\_.

Prof. **LUIZ CARLOS CANCELLIER DE OLIVO**  
Reitora da UFSC

**Sr. RICARDO MÜLLER ARCARI**  
Diretor Geral da Socioambiental Consultores Associados Ltda.

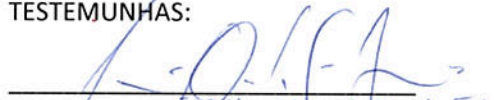
Prof. **Gilberto Vieira Ângelo**  
Superintendente da Fundação






UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

TESTEMUNHAS:

  
NOME: JOSÉ OLÍMPIO DA SILVA JR.  
CPF: 579.814.342-04  
RG: 1.967.345-550/SC

José Olimpio da Silva Junior  
Biólogo, M. Sc. - CRBio nº 09982-03D  
SOCIOAMBIENTAL Consultores Associados Ltda  
Coordenação de Projetos Socioambientais

  
NOME: FÁBIO DAURA JORGE  
CPF: 02625479365  
RG: 35856595

Dr. Fábio G. Daura Jorge  
Depto de Ecologia e Zoologia  
CCB, UFSC







## UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

### PLANO DE TRABALHO

#### 1 - DADOS CADASTRAIS

Órgão/Entidade Proponente UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA				C.N.P.J 83.899.526/0001-82	
Endereço CAMPUS UNIVERSITARIO TRINDADE					
Cidade FLORIANÓPOLIS	UF SC	CEP 88040-900	DDD/Telefone 048-3331.9000		E.A FEDERAL
Conta Corrente 170500-8	Banco 001	Agência 4201-3	Praça de Pagamento SANTA CATARINA		
Nome do Responsável Luiz Carlos Cancellier de Olivo				CPF 417.667.419-91	
CI / Órgão Expedidor 677.661 SSP-SC	Cargo Prof.	CI / Órgão Expedidor 677.661 SSP-SC	Cargo Prof.		
Endereço Av. Desembargador Vitor Lima, nº 354				CEP 88040-600	

#### 2 - OUTROS PARTICÍPES

Nome: SOCIOAMBIENTAL CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA	CNPJ/CPF 00.720.263/0001-75	Esfera Administrativa
Endereço: Av. Rio Branco, 380, 4º andar, bairro Centro, CEP 88015-200, Florianópolis/SC		
Nome: FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	CNPJ/CPF 83.476.911/0001-17	Esfera Administrativa
Endereço: Campus Universitário, S/N, Cx Postal 5153, CEP: 88040-970, Trindade, Florianópolis/SC		

#### 3 - DISCRIMINAÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto:	Período de Execução	
Foto-identificação de Cetáceos na Baía de Santos.	Início 08/2016	Término 02/2019
Objeto: Analisar registros de foto-identificação realizados durante o Programa de Monitoramento de Cetáceos da Baía de Santos (PMC-BS), com fins a compor um banco de dados para estudos de longo prazo que permitam: avaliar padrões de movimentos em múltiplas escalas; estimar parâmetros populacionais; e monitorar a ocorrência e prevalência de lesões epidérmicas.		





## UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

### Justificativa da Proposição:

O projeto 'Foto-identificação de Cetáceos na Baía de Santos é um subprojeto incluído no 'Projeto de Monitoramento de Cetáceos na Baía de Santos - PMC', que busca atender demanda do processo de licenciamento das "Atividades de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural do Polo Pré-Sal da Baía de Santos - Etapa 2". O PMC (chamado aqui de projeto global) foi contratado pela Petrobras e elaborado pela Socioambiental Consultores Associados, empresa esta que vem executando a proposta desde julho de 2015.

O objetivo geral do 'Projeto de Monitoramento de Cetáceos na Baía de Santos - PMC' é "avaliar os potenciais impactos das atividades de produção e escoamento de petróleo e gás natural do polo pré-sal da Baía de Santos sobre os cetáceos, através do monitoramento em longo prazo das populações nas áreas costeiras e oceânicas da Baía de Santos". Este objetivo impõe alguns desafios, como a necessidade de uma base de dados consistente sobre as espécies estudadas e, conseqüentemente, tempo de esforço suficiente para estabelecer um *baseline* de informações que subsidiem com segurança a construção de relações causais entre efeitos ecológicos e os impactos observados.

Considerando a escala temporal de 3 anos (extensivo para 6 anos) para execução dessa proposta, um objetivo mais factível seria: *Estabelecer bases metodológicas e de dados para o monitoramento de longo prazo de cetáceos na Baía de Santos e de possíveis interferências sobre estes, gerando parâmetros para a avaliação de impactos potenciais das atividades de produção e escoamento de petróleo e gás, e de outras atividades antrópicas da área de abrangência.* Mais especificamente, no curto prazo (3 a 6 anos) o PMC deve contribuir para: 1) ampliar o grau de conhecimento sobre a **riqueza e a distribuição** de espécies de cetáceos na Baía de Santos; 2) estimar a **densidade e a abundância** das espécies de cetáceos mais comuns na área; 3) levantar informações sobre o **uso de habitats** de algumas espécies; 4) obter informações sobre **padrões comportamentais** de algumas espécies, buscando avaliar, quando possível, a suscetibilidade destas diante de atividades antrópicas; 5) avaliar o **grau de contaminação existente** em diferentes espécies de cetáceos por diferentes tipos de agentes químicos; 6) avaliar o **estado de saúde** de cetáceos, por meio de registro de lesões epidérmicas ou traumas, que possam ser identificados pela técnica de foto-identificação; 7) promover o registro e a **avaliação preliminar de possíveis interferências antrópicas** na comunidade de cetáceos na Baía de Santos; 8) avaliar a funcionalidade e a **eficácia da aplicação integrada e complementar dos diversos métodos** previstos para o atendimento dos objetivos de monitoramento.

A área de abrangência do projeto global (PMC) engloba toda a Baía de Santos, situada na região Sudeste da margem continental brasileira, entre os paralelos 23°e 28°Sul. Abrange os litorais dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina, limitando-se ao Norte com a Baía de Campos pelo Alto de Cabo Frio, e ao Sul com a Baía de Pelotas pela Plataforma de Florianópolis (MOREIRA et al., 2007). Para alcançar os objetivos específicos supracitados, um conjunto de abordagens foram propostas: 1) Cruzeiros de Avistagem combinado a Monitoramento Acústico Passivo; 2) Sobrevoos de Avistagem Aérea; 3) Cruzeiros de Telemetria; **4) Foto-identificação**; 5) Biopsia remota para análises genéticas e de contaminantes; 6) Cruzamento de dados biológicos com atividades antrópicas. O presente subprojeto 'Foto-identificação de Cetáceos na Baía de Santos' ficará responsável pela atividade de foto-identificação, mais especificamente, pela análise sistemática dos registros fotográficos realizados durante os trabalhos de campo, e pela exploração dos dados coletados com fins a contribuir com alguns dos objetivos do projeto global.

A identificação individual por foto-identificação pode ser usada para acessar, de forma não invasiva, uma variedade de informações sobre a história natural e ecologia da espécie estudada. Para cetáceos, o reconhecimento individual por foto-identificação de marcas naturais pode ser aplicado minimamente para: (1) determinar padrões de residência e/ou fidelidade de um (ou mais) indivíduo(s) à uma determinada área (e.g. WEDEKIN et al., 2010); (2) identificar áreas de distribuição, padrões de movimento em pequena escala, e padrões migratórios (e.g. WHITEHEAD et al., 2008); (3) aplicar modelos de marcação-recaptura para estimar parâmetros populacionais como abundância e sobrevivência (e.g. CANTOR et al., 2012); (4) monitorar marcas naturais e lesões epidérmicas indicadoras de estado de saúde do indivíduo (e.g. VAN BRESSEM et al., 2007); (5) descrever padrões de organização social e genealogias (e.g. LUSSEAU et al., 2003); (6) acompanhar um determinado indivíduo desde o nascimento até a morte para descrever elementos da história de vida (e.g. FRUET, 2008); (7) Estimar o tamanho e idade dos indivíduos por fotogrametria (ROWE & DAWSON et al., 2009).

Dentro do PMC, a abordagem de foto-identificação é tratada como uma atividade indireta, que quando combinada as demais abordagens, pode contribuir, no mínimo, com a leitura dos seguintes impactos: (1) mudança e abandono de habitats críticos; (3) mudanças de tendências populacionais; (7) e alterações do estado de saúde dos animais. Para isto, a técnica de foto-identificação não deve ser aplicada somente de forma casual e oportunista, mas sim ser direcionada para espécies mais abundantes e com áreas de concentração bem conhecidas, garantindo um volume de dados adequados para a aplicação de análises robustas, além da mera construção de bancos de dados.

Assim, a presente proposta, como um subprojeto do Programa de Monitoramento de Cetáceos da Baía de Santos (PMC-BS), busca analisar, sistematizar e organizar os registros de foto-identificação realizados durante os cruzeiros de pesquisa previstos pelo PMC, com fins a compor um banco de dados para estudos de curto a longo prazo que permitam: (1) a elaboração de catálogos de referência de foto-identificação para diferentes espécies;





## UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

(2) a avaliação de movimentos em pequena e média escala, identificação de padrões de fidelidade e/ou residência à determinadas áreas das espécies mais abundantes; (3) comparações do catálogo de referência de algumas espécies que realizam grandes deslocamentos, ou mesmo de hábitos costeiros, com catálogos de referência produzidos por outros grupos de pesquisa em outras áreas para avaliar movimentos de larga escala; (4) para espécies cujo volume de dados seja suficiente, gerar estimativas de parâmetros populacionais como sobrevivência e abundância; (5) monitorar a ocorrência e prevalência de lesões epidérmicas, presença de ectoparasitos e condição corporal de forma a inferir sobre o estado de saúde dos animais. Como produto final, serão elaborados relatórios semestrais para apresentação e sistematização dos resultados alcançados.

8





UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

ANEXO I

PLANO DE TRABALHO  
4 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (Meta, Etapa ou Fase).

Meta	Etapa/ Fase	Especificação	Indicador Físico		Duração	
			Unidade	Quantidade	Início	Término
1	1	Elaboração de catálogos de referência de foto-Identificação para diferentes espécies	-	-	08/ 2016	05/ 2018
2	1	Monitorar a ocorrência e prevalência de lesões epidérmicas, presença de parasitose e condição corporal de forma a inferir sobre o estado de saúde dos animais.	-	-	08/ 2016	05/ 2018
3	2	Avaliação de movimentos em pequena e média escala, identificação de padrões de fidelidade e/ou residência à determinadas áreas;	-	-	08/ 2017	05/ 2018
4	2	Comparações do catálogo de referência de algumas espécies que realizam grandes deslocamentos, ou mesmo de hábitos costeiros, com catálogos de referência produzidos por outros grupos de pesquisa em outras áreas para avaliar movimentos de larga escala;	-	-	08/ 2017	05/ 2018
5	3	Para espécies cujo volume de dados seja suficiente, gerar estimativas de parâmetros populacionais como sobrevivência e abundância	-	-	08/ 2017	05/ 2018
6	4	Elaboração de relatórios semestrais para apresentação e sistematização dos resultados	-	-	08/ 2016	02/ 2019





**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

**5 - PLANO DE APLICAÇÃO (R\$ 1,00).**

Natureza da Despesa		Total	Concedente	Proponente
Código	Especificação			
	Coordenação da proposta	R\$72.503,45	R\$72.503,45	
	Taxas UFSC	R\$ 8.961,00	R\$ 8.961,00	
	Ressarcimento FAPEU	R\$ 8.145,55	R\$ 8.145,55	
<b>Total Geral</b>		<b>R\$89.610,00</b>	<b>R\$89.610,00</b>	

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*







UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

ANEXO I

PLANO DE TRABALHO

6 – Cronograma de Desembolso (R\$ 1.00).  
Concedente.

Meta	Mês1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6
1,2 e 6	R\$ 13905	R\$ 10815	R\$ 3090	R\$ 3090	R\$ 3090	R\$ 3090
Meta	Mês7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
Todas	R\$ 3090	R\$ 3090	R\$ 3090	R\$ 3090	R\$ 3090	R\$ 3090
Meta	Mês13	Mês 14	Mês 15	Mês 16	Mês 17	Mês 18
Todas	R\$ 3090	R\$ 3090	R\$ 3090	R\$ 3090	R\$ 3090	R\$ 3090
Meta	Mês19	Mês 20	Mês 21	Mês 22	Mês 23	Mês 24
Todas	R\$ 3090	R\$ 3090	R\$ 3090	R\$ 3090	R\$ 3090	-

Proponente (Contrapartida).

Não há.





**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

**ANEXO I**

**PLANO DE TRABALHO**

**7 - Declaração**

<p>Na qualidade de representante legal, declaro para fins de prova junto a <b>SOCIOAMBIENTAL CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA</b>, para os efeitos e sob penas da lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos da União, na forma deste plano de trabalho.</p>	
<p>Pede deferimento,</p>	
<p>____/____/____</p>	<p>_____ <i>Luiz Carlos Canceller de Oliveira</i> Reitor Universidade Federal de Santa Catarina</p>
<p>Local e data</p>	<p>Reitor da UFSC</p>

**8 - Aprovação pela Concedente.**

<p><b>SOCIOAMBIENTAL</b> CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA</p>	
<p>Aprovado:</p>	<p>_____ <i>Ricardo Müller Arcari</i> RICARDO MÜLLER ARCARI Eng. Sanit. CRFA/SC 16.123-4 - <b>Núcleo Gerente</b></p>
<p>____/____/____</p>	
<p>Local e data</p>	<p>Concedente</p>



